

A Garantia Literária na Representação do Conhecimento

Gercina Ângela de Lima¹

Resumo: Uma das primeiras etapas para a construção de um vocabulário controlado (VC) é a seleção e a validação dos termos que serão incluídos no instrumento. Entre os princípios mais antigos que são utilizados para esse processo está a garantia literária, introduzido pela primeira vez por Hulme (1911), o qual parte do pressuposto de que essa seleção deve fundamentar-se na literatura da área, com os termos mais representativos, de uma forma empírica, no caso, selecionados a partir de documento. Considerando que esse princípio não tem sido muito estudado, vista a incipiência da literatura sobre o tema, principalmente com o surgimento de novos sistemas de organização do conhecimento (SOC) e as novas tecnologias, este estudo baseia-se na seguinte questão: as contribuições do princípio da garantia literária de Hulme (1911) são seguidas na seleção e validação da terminologia de um domínio para sua representação no contexto atual? Destarte, o objetivo deste artigo é lançar um olhar na literatura sobre os estudos que evidenciem uma metodologia para sua aplicação, com critérios para sua utilização correta, principalmente para acompanhar o surgimento de novos sistemas de organização do conhecimento e a contribuição das tecnologias. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema nas bases de dados da área, fez-se a análise de todas as referências bibliográficas recuperadas, selecionaram-se as mais relevantes e deu-se seguimento à condensação dos conteúdos, ao seu registro, e à elaboração do texto. A metodologia se caracteriza como exploratória e analítico-descritiva, pois seus resultados apontam para a necessidade de estudos futuros, já que o objetivo proposto foi parcialmente alcançado. Como resultado, a partir da análise da literatura, ficou evidenciado que existe uma lacuna temporal nas publicações, o que acarretou uma incipiência de estudos na área. Verificou-se, também, que existe necessidade de pesquisar mais os procedimentos de uso do princípio garantia literária. Ao final, apresenta-se como contribuição uma definição de garantia literária, sugerida a partir da literatura analisada.

Palavras-chave: garantia literária; validação semântica; representação do conhecimento; vocabulários controlados.

¹ Professora Titular da Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil / Coordenadora do Grupo de Pesquisa MHTX / e-mail: limagercina@gmail.com / Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3183050056105009/> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0735-3856>



The Literary Warrant in the Representation of Knowledge

Abstract: *One of the first steps in building a controlled vocabulary (VC) is the selection and validation of terms that will be included in the instrument. Among the oldest principles that are used for this process is the literary warrant, first introduced by Hulme (1911), who assumes that this selection must be based on the literature of the area, with the most representative terms, empirically, in this case, selected from the document. Considering that this principle has not been studied much, given the incipience of the literature on the subject, especially with the emergence of new knowledge organization systems (SOC) and new technologies, this study is based on the following question: the contributions of the Hulme's (1911) literary warrant principle are followed in selecting and validating the terminology of a domain for its representation in the current context? Thus, the objective of this article is to take a look at the literature on studies that show a methodology for its application, with criteria for its correct use, mainly to accompany the emergence of new knowledge organization systems and the contribution of technologies. Therefore, a bibliographic research was carried out on the subject in the databases of the area, all the bibliographic references retrieved were analyzed, the most relevant ones were selected and the condensation of the contents followed, their registration, and the elaboration of the text. The methodology is characterized as exploratory and analytical-descriptive, as its results point to the need for future studies, since the proposed objective was partially achieved. As a result, from the analysis of the literature, it became evident that there is a temporal gap in the publications, which led to an incipient study in the area. It was also verified that there is a need to further research the procedures for using the literary warrant principle. At the end, a definition of literary warrant is presented as a contribution, suggested from the analyzed literature.*

Keywords: *literary warrant; semantic validation; knowledge representation; controlled vocabularies.*



1 INTRODUÇÃO

Uma das primeiras etapas para a construção de um Vocabulário Controlado (VC) é a seleção e a validação dos termos que serão incluídos no instrumento. Entre os princípios mais antigos que são utilizados para esse processo está a garantia literária, introduzido pela primeira vez por Hulme (1911), o qual parte do pressuposto de que essa seleção deve fundamentar-se na literatura da área, com os termos mais representativos, de uma forma empírica, no caso, selecionados a partir de documento. Para o autor, os termos relevantes dos documentos poderiam ser contados e ponderados, bem como considerados como base quantitativa para selecionar a terminologia adequada para representação. Por isso, Hulme é considerado um pioneiro na história dos estudos bibliométricos.

Várias décadas depois de ter cunhado esse conceito, Hulme continua sendo tratado de forma superficial no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), visto que a literatura sobre o tema é relativamente escassa, com poucas pesquisas sobre o assunto. Partindo do pressuposto de que esse princípio não tem sido muito estudado, vista a incipiência da literatura sobre o tema, principalmente com o surgimento de novos sistemas de organização do conhecimento (SOC) e as novas tecnologias, este estudo baseia-se na seguinte questão: as contribuições do princípio da garantia literária de Hulme (1911) são seguidas na seleção e validação da terminologia de um domínio para sua representação no contexto atual?

Destarte, o objetivo deste artigo é lançar um olhar na literatura sobre os estudos que evidenciam uma metodologia para sua aplicação, com critérios para sua utilização correta, principalmente para acompanhar o surgimento de novos sistemas de organização do conhecimento e a contribuição das tecnologias.

Para tanto, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema nas bases de dados da área, realizou-se a análise de todas as referências bibliográficas recuperadas, selecionaram-se as mais relevantes para, posteriormente, dar seguimento à análise e à condensação dos conteúdos e seu registro, e à elaboração do texto final.

Nas próximas seções, apresenta-se, primeiramente, a metodologia utilizada para a realização deste estudo e, em seguida, discorre-se sobre a Representação do

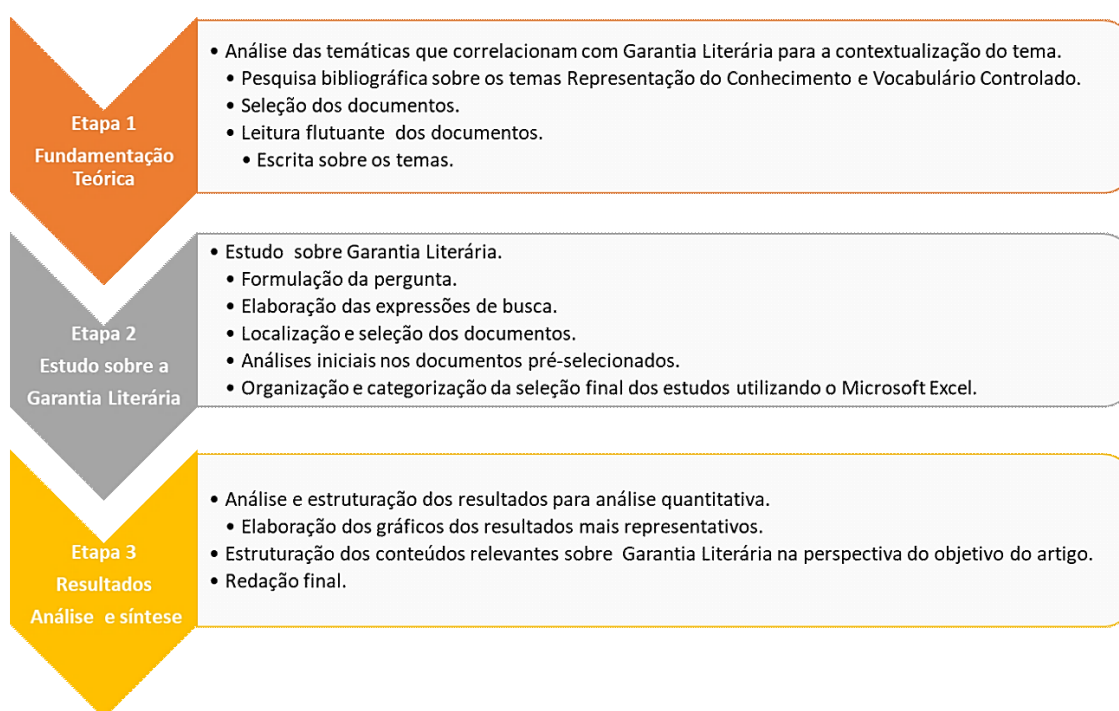


Conhecimento e Vocabulário Controlado, considerando o contexto deste estudo. Posteriormente, escreve-se a respeito da garantia literária (breve histórico, tipos, definições, aplicações e análise da literatura) no contexto da representação terminológica na construção de um vocabulário controlado e, por último, as considerações finais são apresentadas.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, seguiram-se as etapas descritas na Figura 1.

Figura 1 – Procedimentos realizados na elaboração do artigo



Fonte: elaborado pela autora.

Sabe-se que, em uma pesquisa, é fundamental o conhecimento de outros trabalhos que tenham sido realizados sobre a temática específica a ser estudada para que se possa conhecer o que já foi pesquisado e escrito sobre o objeto de estudo em questão. No entanto não se trata de uma revisão de literatura, mas de um estudo exploratório e descritivo, tendo por base a literatura, mais especificamente, sobre garantia literária, objeto de estudo deste artigo, e sobre as temáticas Representação do Conhecimento, área do conhecimento deste objeto, e vocabulários controlados, para os quais o princípio da garantia literária é utilizado, partindo do pressuposto de que a literatura de um domínio deve ser a fonte de



extração e validação da terminologia a ser representada em um vocabulário controlado.

Para o estudo dessas duas temáticas, realizou-se uma busca aleatória na literatura nas respectivas bases de dados, selecionando-se documentos dos autores seminais da área; entretanto, sobre a garantia literária, foi realizado um estudo sistematizado para conhecer a literatura e atender ao objetivo proposto neste artigo.

Dessa forma, propôs-se estudar o conceito garantia literária, em seu contexto teórico e histórico, com vistas a compreender se esse princípio continua sendo utilizado no contexto atual. Para isso, fez-se um estudo na literatura para: (1) mapear a literatura sobre o objeto estudado e (2) coletar insumos para atingir os objetivos deste estudo. Para direcionar a pesquisa, baseou-se no seguinte questionamento: as contribuições do princípio da garantia literária de Hulme (1911) são seguidas na seleção e validação da terminologia de um domínio para sua representação no contexto atual?

Para tanto, fez-se uma busca exploratória, sem definição temporal, nas plataformas do Google Acadêmico, na *Web of Science*, e no Portal CAPES, na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Essas fontes foram escolhidas considerando-se a relevância e a relação que possuem com a área e com a subárea do conhecimento delimitadas para esta revisão, utilizando-se as seguintes expressões de busca, em português, inglês e espanhol, apresentadas no Quadro 1. Limitou-se a utilizar, especificamente, o termo “garantia literária” como expressão de busca por existir outros tipos de garantias, que não serão estudadas neste artigo. O resultado das buscas nas quatro fontes escolhidas somou 154 documentos.

Quadro 1 – Expressões de busca

Sigla	Expressões de busca
E1	“Garantia Literária” ou “Garantia semântica”
E2	“Literary warrant” or “semantic warrant”
E3	“Garantía literaria” ou “garantía semántica”

Fonte: elaborado pela autora.



Para seleção dos documentos recuperados, foram utilizados dois critérios: (1) documentos que tratavam especificamente sobre garantia literária, principalmente aqueles que tinham o contexto teórico e histórico do conceito; (2) documentos que, apesar de tratar das outras garantias, traziam, também, informações sobre a garantia literária. Aplicados esses critérios, selecionaram-se 52 documentos, que serviram de base para o estudo sobre a garantia literária, como insumo para a pesquisa sobre a temática, e para análise quantitativa das características da literatura, apresentada na seção 3.3 dos Fundamentos Teóricos deste artigo.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nesta seção, apresentam-se os principais conceitos que fundamentam este estudo. Inicialmente, discorre-se sobre a Representação do Conhecimento e Vocabulários Controlados, considerando o contexto deste estudo. Posteriormente, escreve-se a respeito da garantia literária (breve histórico, definições, tipos e aplicações).

3.1 Representação do Conhecimento

O ato de representar, ordenar e classificar é inerente ao ser humano, pois esses processos refletem a compreensão humana sobre um determinado objeto, na tentativa de substituir uma realidade por meio de símbolos, materializando este saber para ser entendível por uma comunidade específica. Dessa forma, a representação envolve a pessoa, o objeto e sua representação. Por exemplo: você é a pessoa, este texto que você está lendo é o objeto e a representação é o que você está entendendo dele.

No entanto, o conceito Representação do Conhecimento tem ganhado diferentes definições dependendo do campo científico no qual ele é estudado, com o intuito de entender como ocorre o processamento do conhecimento na mente humana e como representá-lo. Lima (2020, p. 65) apresenta algumas dessas perspectivas partindo de Sowa (2000), que traz uma visão geral sofisticada, com base em grande parte teórica (filosófica e lógica). Outro ponto de vista diferente é obtido por meio de estudos linguísticos e sua elucidação da Representação do Conhecimento (LÖBNER, 2002). Na Ciência Cognitiva, a Representação do Conhecimento baseia-se no modelo de mundo do indivíduo, no contexto e na



maneira de cada um ver o mundo, consistindo no somatório de diferentes estruturas do Conhecimento (MEY, 1982), (GARDNER, 1996).

Na perspectiva da Biblioteconomia e Ciência da Informação, os autores Cleveland e Cleveland (2001), Lancaster (2004), Stock e Stock (2008) tratam a Representação do Conhecimento como uma abordagem para solucionar problemas, tais como: estruturar, armazenar informações e encontrá-las e recuperá-las com precisão e eficácia. Porém Vickery (1986, p. 145) ressalta que é importante que o conhecimento seja representado, de forma que essas representações possam ser manipuladas, pois estão sempre relacionadas com as formas de expressão da informação, podendo haver diferentes modos de fazê-lo, advindos de diferentes áreas do conhecimento.

No contexto específico da Organização do Conhecimento, Barité (2015) destaca que Representação do Conhecimento:

é uma parte da organização do conhecimento na qual estão inseridos todos os processos de simbolização notacionais e conceituais do conhecimento humano dentro do campo específico de cada área. Classificação, indexação e todos os aspectos linguísticos e computacionais relacionados com a tradução simbólica do conhecimento estão incluídas na Representação do Conhecimento (BARITÉ, 2015, p. 136).

Corroborando com essa perspectiva, San Segundo (2004, p. 109) destaca que

se conhecimento é um processo de integração, representação de conhecimento será: conceitos, teorias, modelos, formatos, descrições e estruturas que têm um significado de dimensão da simbolização da informação e, mais atualmente, de informação eletrônica (SAN SEGUNDO, 2004, p. 109).

Nota-se, portanto, que a representação é um processo que requer a estrutura da linguagem e memória humana pela qual ela se entrelaça em um sujeito e em uma consciência. Esse procedimento permite que o conhecimento dinâmico, multidimensional e multifacetado possa ser representado em uma sequência linear, desde que registrado em um documento. Essa representação se materializa em uma estrutura representativa de um domínio, com símbolos e termos da linguagem natural, fazendo a correspondência entre o objeto e a sua representação por meio de algum tipo de descrição usando a linguagem.



De acordo com Barité (2014, p. 97), o controle de vocabulário pode ser visto

como um conjunto de técnicas e procedimentos aplicados sobre a linguagem para resolver problemas de compreensão, ambiguidade, alcance e relação entre termos que expressam conceitos, e/ou entre denominações que expressam nomes de pessoas, lugares, produtos ou instituições (BARITÉ, 2014, p. 97).

A Norma ANSI/NISO Z39.19 (2005, p. 1) considera que o objetivo principal do controle de vocabulário é alcançar consistência na descrição do conteúdo de objetos para melhorar a eficácia dos sistemas de armazenamento e recuperação de informações.

Na próxima seção, descrevem-se brevemente a definição, as características e o tipo de vocabulários controlados como instrumentos de Representação do Conhecimento.

3.2 Vocabulários Controlados

Começa-se por dizer que Representação do Conhecimento tem como produtos os vocabulários controlados² – também denominados de vocabulário estruturado, instrumentos terminológicos, ou Sistemas de Organização do Conhecimento – que são estruturas que representam um domínio mediante expressões abreviadas que formam sistemas conceituais por meio dos conceitos e suas relações sistematizadas. Observa-se, por meio da literatura, que o termo vocabulário controlado é usado, algumas vezes, intercambiável com linguagem controlada. Isso se deve ao fato de que o controle de vocabulário incorpora a semântica relacional e referencial de uma linguagem de recuperação, bem como algumas das sintaxes da linguagem.

Conforme Svenonius (2003, p. 822), para um vocabulário ser considerado controlado, deve consistir em um subconjunto restrito de termos representativos, ou seja, este subconjunto deve conter apenas os termos "autorizado" para uso, com

² Optou-se por usar a expressão vocabulário controlado, nesse artigo, por ser a expressão definida e utilizada na Norma ISO 25964, que traz a nota "Vocabulários controlados são projetados para aplicações em que é útil identificar cada conceito, com um rótulo consistente, por exemplo, ao classificar documentos, indexá-los e/ou pesquisá-los. Thesauri, esquemas de cabeçalho de assunto e listas de autoridade de nome e [ontologias leves] são exemplos de vocabulários controlados." Norma ISO 25964 1-2 (2011, 2013, p. 3, 4).



relações semânticas entre os termos do vocabulário, geralmente em forma hierárquica. A autora define vocabulário controlado como uma “lista ou coleção de termos ou códigos disponíveis para uso (como em um sistema de indexação)”, reafirmando, dessa forma, que a sua principal funcionalidade é fornecer meios para organizar e recuperar informações.

Similarmente, a Norma ANSI/NISO Z39.19 “Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies” pontua que os vocabulários controlados geralmente são usados para descrever o conteúdo por meio da atribuição de termos que representam metadados associados aos conteúdos dos objetos. Nessa Norma ANSI/NISO Z39.19 (2015, p. 5), o vocabulário controlado é definido como “uma lista de termos que foram enumerados explicitamente [...] controlados e disponível a partir de vocabulário controlado de registros de autoridade [...] e devem ter uma definição inequívoca e não redundante”. Nesse caso, deve-se observar, pelo menos, duas regras: (1) se o mesmo termo é comumente usado para significar diferentes conceitos, então seu nome é explicitamente qualificado para resolver essa ambiguidade; (2) se vários termos são usados para significar a mesma coisa, um dos termos é identificado como o termo preferido no vocabulário controlado, e os outros termos são listados como sinônimos, ou seja, termo não preferido. Essas regras estão de acordo com os princípios que guiam a construção de um vocabulário controlado que devem (1) eliminar a ambiguidade, (2) controlar a sinonímia, (3) estabelecer os relacionamentos entre os termos quando for apropriado e (4) testar e validar os termos.

Ainda, de acordo com a Norma ANSI/NISO Z39.19 (2005, p. 1), existem cinco diferentes funções para os vocabulários controlados. São elas:

1. Tradução: fornecer um meio para converter a linguagem natural de autores, indexadores e usuários em um único vocabulário que pode ser usado para indexação e recuperação.
2. Consistência: promover a uniformidade no formato e na atribuição dos termos.
3. Indicação de relações: indicar relações semânticas entre termos.



4. Rotulação e navegação: fornecer hierarquias consistentes e claras para o sistema de navegação, ajudando os usuários a recuperar as informações desejadas.
5. Recuperação: servir como mecanismo de busca na localização de conteúdos informacionais.

Barité (2014, p 105) também apresenta cinco funções do vocabulário controlado: (1) restrição, (2) desambiguação, (3) normalização, (4) hierarquização e (5) relações. Para atingir essas funcionalidades, o autor sugere nove práticas de controle, a saber: (1) controlar os sinônimos e suas variantes, (2) controlar as equivalências, (3) controlar a homonímia e a polissemia, (4) controlar as abreviações, (5) escrever as notas de escopo, (6) escrever as notas de definição, (7) escrever notas históricas, (8) controlar as relações hierárquicas e (9) controlar as relações associativas.

Em suma, existem diferentes tipos de vocabulários controlados, que, de acordo com Lima (2020, p. 71), podem ter diferenciados níveis de estruturação e formalidade, com diversificadas abordagens, que atendem a aspectos e objetivos variados, do ponto de vista teórico e metodológico. Nesse conjunto de instrumentos, incluem-se as taxonomias, os sistemas de classificação, os tesouros, entre outros, apontados na literatura. Não se pretende, neste artigo, descrever esses instrumentos, visto que o interesse central está na seleção dos termos e na contextualização da importância da garantia literária em sua construção.

Em vista disso, sabe-se que, na construção de vocabulário, é importante limitar o tamanho dele para se ter termos necessários e suficientes para alcançar o objetivo do instrumento. A terminologia escolhida para construção desses vocabulários deve ser derivada da literatura do domínio para a qual pretende-se a representação. Além disso, os termos selecionados devem estar de acordo com aqueles utilizados pelos usuários na recuperação da informação. Para a seleção dos termos para inclusão nos vocabulários controlados, são consultadas várias fontes de informação, tendo como base os princípios das garantias, entre elas: a garantia literária, a garantia do usuário e a garantia da organização. Neste estudo, interessa-nos a garantia da literatura, por ser ela seminal para o surgimento de todas as outras, e ser um método de compilação e justificação no estágio anterior à



estruturação dos termos e suas relações. Destarte, passa-se, na próxima seção, a descrever um breve histórico, definições e características da garantia literária.

3.3 Um olhar sobre a Garantia Literária

Para realizar este estudo sobre a garantia literária, baseou-se nos 52 documentos selecionados, que estão analisados quantitativamente na seção 3.3.4 deste artigo, mas ressalta-se que nem todos estão referenciados aqui, nesta seção. Entretanto serviram para realizar o mapeamento e as características da literatura sobre o tema.

3.3.1 Histórico e Tipos

O primeiro autor a formular o conceito de garantia literária (GL) foi Hulme, em 1911, publicado em seu livro *Principles of Book Classification*. Considerado, na época, um dos princípios fundamentais para análise de assunto na perspectiva da classificação e catalogação anglo-americana, teve sua importância na área, por ainda ser um dos princípios utilizados como um instrumento de validação terminológica para criação de um vocabulário controlado. Dessa forma, a concepção original de garantia literária baseia-se na ideia de que a literatura de um domínio deve ser a fonte de extração e validação da terminologia a ser incorporada em um sistema de classificação ou em qualquer outro tipo de sistema de organização do conhecimento.

Assim sendo, o surgimento do princípio da garantia literária está relacionado à classificação, mais especificamente para ser a base da classificação bibliográfica. Quando Hulme pensou nesse princípio, ele pressupôs que toda classificação deveria partir da literatura publicada sobre aquele domínio, ao invés de buscar nas ideias filosóficas do universo do conhecimento. Para Hulme (1911), a classificação de livros é simplesmente “uma operação para descoberta do conhecimento na literatura”. Porém, na literatura, a garantia literária é considerada como um critério (CASON, 1973), como um conceito (OLSON, 2002) e como princípio (YEE, 2001; HJORLAND, 2008).

Nesse caso, o autor se opôs à tendência dominante dos estudiosos da época de que a classificação deveria obedecer à ordem das ciências. Assim, para ele, a



classificação filosófica ofuscou o verdadeiro propósito da classificação bibliográfica. Nota-se, portanto, que sua proposta possui um caráter mais empírico do que teórico. Contudo, na época, segundo Rodrigues (1984, p. 17), as ideias de Hulme não tiveram muita aceitação entre os seus colegas. Pressupõe-se que isso se deve ao fato de o autor não ter detalhado e desenvolvido com precisão sua proposta; apenas sugeriu sua potencialidade, deixando vários pontos escusos, aos quais ele nunca voltou para desenvolvê-los. Pode-se considerar uma pequena direção metodológica quando o autor sugere que se adicione um valor à definição assim que a bibliografia do domínio estiver toda compilada, surgindo, aí, uma das primeiras perspectivas da estatística na bibliografia. Assim, a proposta da garantia literária tornou-se um suporte para critérios de seleção de termos para inclusão em vocabulários controlados, ainda que de uma forma quase invisível por falta de detalhamento.

Apesar de os estudos sobre garantia literária, dentro do âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, terem ficado por algum tempo no ostracismo, sendo o termo usado somente pela Classificação da Biblioteca do Congresso Americano, esse princípio voltou a ser estudado nos anos 1950. Percebe-se, assim, que, ao longo do tempo, o uso do princípio da garantia literária se mostrou insuficiente, principalmente porque a estruturação dos termos era realizada sem considerar o contexto. Dessa forma, aos poucos, começaram a surgir outros estudos. S.R. Ranganathan utilizou o princípio da garantia literária para arranjar os assuntos da faceta em uma forma decrescente, considerando a quantidade de documentos publicados sobre aquele assunto. Posteriormente, segundo Barité (2018a, p. 2), Farradane (1985) propôs uma combinação do princípio da garantia literária com a garantia do usuário. O mesmo foi sugerido por Lancaster (1977, p. 91), pontuando que a garantia do usuário poderia ser mais importante no desenvolvimento dos vocabulários controlados. Beghtol, em 1986, além de propor uma definição mais genérica sobre garantia, sugere mais quatro tipos de garantias, chamadas pela autora de garantia semântica: (1) literária, (2) científica/filosófica, (3) educacional, e (4) cultural. A proposta de agrupá-las sob a expressão genérica “garantia semântica” se justifica porque todas elas estão centradas nos significados e no escopo atribuídos a cada termo. O Quadro 2 apresenta, cronologicamente, as



derivações mais importantes da garantia literária, apresentas por Martinez-Ávila e Budd (2017, p. 704) e Barité, (2018, a/b).

Quadro 2 – Tipos de garantias referenciadas na literatura³

GARANTIAS	REFERÊNCIAS
Common usage	Cutter (1876)
Literary warrant	Hulme (1911)
Scientific/philosophical/ consensus warrant	Bliss (1929)
Structural warrant	Kent et al. (1975)
Cultural warrant	Lee (1976); Austin (1976); Beghtol (1986)
User warrant	Lancaster (1977)
Concrete institutional warrant	Coates (1978)
Logical warrant	Fraser (1978)
Request oriented warrant	CRG (1984)
Terminological warrant	CRG (1985)
Education/Academic warrant	Soergel (1985)
Enquiry warrant	Beghtol (1986)
Scientific/Philosophical Warrant	Beghtol (1986)
Gender warrant	Olson and Ward (1998)
End-user warrant	Greenberg (2001)
Phenomenological warrant	Ward (2000)
Use warrant	Svenonius (2000)
Ethical warrant	Beghtol (2002)
Structural warrant	Svenonius (2003)
Academic warrant (also named scholarly warrant)	Sachs and Smiraglia (2004)
Organizational warrant	National Information Standards Organization (2005)
Autopoietic warrant	Mai (2011)
Textual warrant	Tennis; Thornton; Filer (2012)
Market warrant	Martínez-Ávila (2013)
Indigenous warrant	Doyle (2013)
Genre warrant	Andersen (2015)
Epistemic warrant	Budd & Martínez Ávila (2016); Martínez-Ávila and Budd (2017)
Policy warrant (corresponding to policy based indexing)	Hjørland (2017)

Fontes: Martinez-Ávila e Budd (2017, p. 704); Barité, (2018a/b).

³ Definiu-se por manter os nomes das garantias na língua original, para facilitar a busca, caso o leitor desse artigo necessite de acesso à referência citada.



3.3.2 Definições

Do mesmo modo, o conceito original de garantia literária proposto por Hulme (1911) tem sofrido algumas alterações. Um dos trabalhos que mais influenciou essa temática foi o de Begthol (1986). Após a definição sugerida por Begthol (1986), alguns autores fizeram outras tentativas de avançar no conceito de garantia literária; no entanto, segundo Barité (2019), esse conceito ainda precisa ser mais bem elaborado. Destarte, no Quadro 3, apresentam-se algumas definições, selecionadas na literatura, para elucidar o conceito de “garantia literária” a partir do conceito formulado por Hulme (1911).

Quadro 3 – Definições selecionadas sobre Garantia Literária

DEFINIÇÕES	AUTORES
“Garantia literária é um cabeçalho de assunto [ou seja, qualquer termo que represente um conceito] é garantido apenas se existir em um texto em forma de livro, e a sua validade depende do nível de precisão com que [esse cabeçalho] descreve a área de assunto associada a ele”.	Hulme (1911)
A garantia literária é uma "verificação prática" da multiplicidade de distinções teóricas que existem potencialmente entre os assuntos.	Langridge (1973)
A garantia literária tem sido ocasionalmente entendida como "o volume da literatura de um assunto".	Langridge (1977, p. 52)
“A garantia literária é uma base de autoridade utilizada por um classificador para justificar as decisões de quais termos ou conceitos formarão as classes, qual a ordem dos conceitos e das classes, quais serão subdivididos, quais serão sintetizados no esquema de classificação e se a ordem de citação é estática ou variável [...]”	Begthol, C. (1986, p. 110)
A garantia literária, geralmente, deve ser caracterizada como o conjunto de tópicos em torno do qual se estabelece uma literatura.	Begthol (1995, p. 31)
A garantia literária refere-se à quantidade de documentos publicados sobre um tema/conceito. Este princípio também se aplica com referência à natureza do acervo de uma biblioteca ou às quantidades gerais de informação sobre um assunto na área.	Iyer (1995, p. 35)
A garantia literária é uma ferramenta com “algum tipo de sistema gestão de informações que coletaria dados sobre conceitos indexados em nossas bases de dados e forneceria alguma análise estruturada” que irá nos permitir gerenciar a semântica do sistema.	Cochrane (1995, p. 36)
Garantia literária é um subprincípio do princípio da representação, prescreve-se que o vocabulário de uma linguagem de indexação seja empiricamente derivado da literatura que se pretende descrever. Isso significa que a literatura deve ser determinada.	Svenonius (2000, p. 135)
A garantia literária está integrada com a seleção de fontes de referência e literatura atualizadas, a verificação de buscas no	Aitchison, Guilchrist y Bawden (2000)



DEFINIÇÕES	AUTORES
sistema de informação, a experiência individual e o conhecimento fornecido não só pelos usuários, mas também pelos indexadores.	
A teoria é que o princípio da garantia literária fornece um método pelo qual o termo comumente conhecido pelos usuários da biblioteca para um conceito específico pode ser escolhido para o cabeçalho de assunto usado em catálogos de obras sobre esse conceito.	Yee (2001, p. 244).
A garantia literária serviu, de fato, como uma característica de design de muitos sistemas estabelecidos, por exemplo, o conhecido sistema de classificação da Biblioteca do Congresso.	Olson (2004, p. 3)
“A garantia literária pode ser vista como a justificativa para escolhas sobre a relevância de certos conceitos, quando eles devem ser incluídos em um sistema e como devem ser rotulados” [...] “a garantia literária é baseada na literatura, nos usuários, na opinião acadêmica (ou opinião de especialistas) e é determinada culturalmente”.	Tennis (2005, p. 86)
A garantia literária é a justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferido por causa de sua frequente ocorrência na literatura. A garantia [literária] pode ser vista como a justificativa para escolhas sobre a relevância de certos conceitos, quando devem ser incluídos em um sistema e como devem ser rotulados.	ANSI/NISOZ39.19 (2005, p. 6)
A noção de garantia literária é um conceito prático que denota os critérios intelectuais a partir dos quais se organiza o conhecimento de um domínio, embora não determine o alcance efetivo de sua aplicação.	Huvila (2006, p. 60)
A garantia literária “se avalia na revisão de fontes primárias e secundárias que o vocabulário utilizará para indexar, assim como a principal ferramenta para a coleta e para a seleção de vocabulário”. [...] a garantia literária pode ser uma ferramenta analítica decisiva para a identificação dos termos nucleares e dos termos periféricos de um domínio.	Barité (2010, p. 129;134)
A noção de garantia literária encontra-se na ideia de que “a justificativa para a inclusão de termos e classes é baseada em algo externo às crenças ou ao conhecimento profissional.”	Mai (2011, p. 118),
A garantia literária é o elemento de referência que um classificacionista ou um grupo de classificacionistas toma para justificar a organização e a estrutura dos sistemas, e principalmente para legitimar a terminologia selecionada.	Barité (2011, p. 232)
A garantia literária é um elemento de todo projeto de classificação, independentemente de ser nomeado como tal e independentemente da base tecnológica específica do sistema. De fato, a garantia literária é um fio condutor em uma ampla variedade de sistemas, desde as classificações mais tradicionais utilizadas em biblioteca até menus e categorias no aplicativo para coleções baseadas na web – todos os designers de sistemas de organização do conhecimento devem procurar alguma fonte de terminologia. [...] A garantia literária é simultaneamente um aspecto cotidiano e mundano do design da classificação e que necessariamente gera discussões profundas sobre o propósito dos sistemas e as reivindicações dos designers pela “verdade” ou objetividade,	Bullard (2017, p. 76)

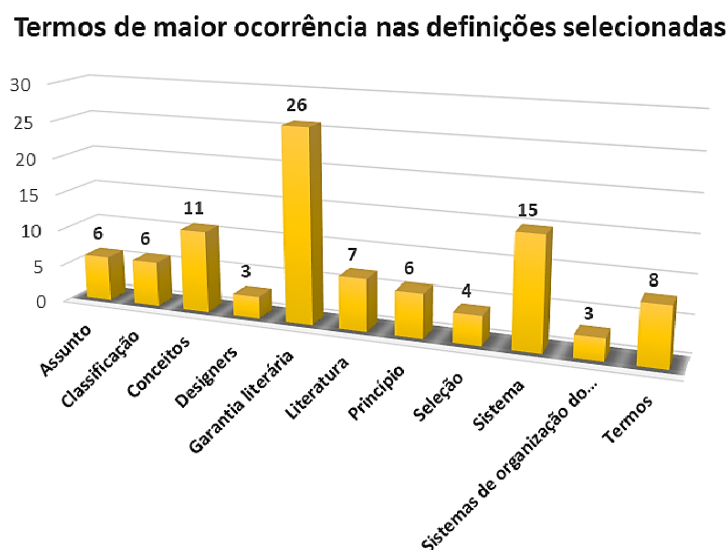


DEFINIÇÕES	AUTORES
conectando a prática cotidiana a preocupações teóricas de longa data na pesquisa de classificação. Mais do que ferramentas do ofício, essas fontes de informação seguem e carregam consigo um conjunto de fundamentos, suposições sobre o propósito do sistema, modos de construção de classificação e modos de avaliação.	
A garantia literária é um princípio que suporta um método, ou que ao mesmo tempo é um princípio, uma metodologia e um produto. Em sua natureza, a garantia literária tem um valor essencialmente multifacetado, considerando diferentes abordagens e utilidades na representação do discurso científico.	Barité (2018b, p. 527)
A garantia literária constitui o suporte invisível, são os critérios disfarçados para a seleção de termos para inclusão em sistemas de organização do conhecimento e sistemas de informação em geral, com o objetivo principal de favorecer a recuperação do assunto.	Barité (2019, p. 647)

Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 1 apresenta os termos que tiveram mais ocorrências nessas definições acima. Para isso, considerou-se a partir da terceira ocorrência do termo. Dessa maneira, a garantia literária é citada 26 vezes; seguida do termo sistema, com 15 ocorrências; por conceitos, com 11; termos, 8; assunto, classificação e princípio aparecem com 6; seleção, 4; designers e sistema de organização do conhecimento, 3.

Gráfico 1 – Termos de maiores ocorrências nas definições selecionadas



Fonte: elaborado pela autora



A partir disso, sugere-se a seguinte definição para **garantia literária**: é um **princípio** ou um **elemento** utilizado pelos **designers/classificionistas** para **selecionar e validar termos/conceitos** da **literatura** de um **domínio do conhecimento** para **construção de sistema de classificação/sistema de organização do conhecimento**, sendo esses termos considerados relevantes somente se tiverem uma **expressiva representatividade** na **literatura da área**.

3.3.3 Aplicações

Sabe-se que a garantia literária é considerada na ideia original de Hulme (1911) como princípio teórico, mas também é considerada por outros autores como um conceito, um critério, e, ao mesmo tempo, como um método, um processo, uma metodologia, uma ferramenta, ou mesmo um produto. Mas, independentemente dessas abordagens, o foco principal da garantia literária é servir de suporte para a coleta e a seleção de termos na literatura, para sua posterior validação e inclusão em um vocabulário controlado, perfazendo, assim, um processo analítico da terminologia em relação à sua representatividade na literatura.

Barité (2018a, p.12) aponta cinco diferentes perspectivas sob as quais o princípio da garantia literária pode ser visto, a partir da literatura da área de Organização do Conhecimento: (1) um princípio teórico, que é visto como uma abordagem sistemática orientada para recuperação da informação, que valoriza o conhecimento registrado em documentos e pode ser aplicado em todas as área do conhecimento; (2) uma ferramenta metodológica, que é considerada relevante em processos de criação, avaliação e revisão de vocabulários controlados, por meio do processo de seleção e estruturação dos termos em qualquer vocabulário controlado; (3) realização do mapeamento de campos do conhecimento por meio de atribuição de um valor quantitativo para dar uma dimensão no material publicado sobre determinado domínio, visto que a perspectiva da garantia literária é selecionar um termo que tenha representatividade, ou seja, um volume expressivo de publicações no assunto; (4) ferramenta de avaliação dos vocabulários controlados, inclusive os novos sistemas, dentro da perspectiva mais atual dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), com o objetivo de comparar a qualidade e a atualidade desses vocabulários em relação ao domínio do



conhecimento para identificar possíveis falhas na representação terminológica, permitindo identificar subáreas mais produtivas e menos estudadas no domínio em questão; (5) ferramenta de prever necessidades de pesquisa nas áreas do conhecimento; nesse contexto sendo uma forma de identificar lacunas que podem antecipar necessidades de pesquisas para o desenvolvimento da área, bem como estudar a produção científica mostrando as tendências da área.

Se a garantia literária pode estabelecer o estado da arte dos domínios, talvez também seja capaz de identificar lacunas e áreas com produção crescente, adequadas para fins de pesquisa. Para a previsão, é necessário ter um acervo de documentos de uma disciplina, abrangendo períodos de cinco ou mais anos, classificados pelo mesmo sistema de classificação atualizado.

De acordo com Barité (2018a), essas cinco perspectivas podem ser reduzidas em três: teórica, metodológica e aplicada; sendo simultaneamente autônomas e complementares, pois, ao mesmo tempo que elas se relacionam, elas também se influenciam mutuamente.

Mais especificamente, ainda de acordo com Barité (2018b, p. 521), a garantia literária pode exercer um papel importante na tomada de decisão, em relação ao processo de controle do vocabulário de um domínio, a saber: (1) na escolha de um termo preferido entre um conjunto de sinônimos ou quase sinônimos; (2) como justificativa para a inclusão simultânea de dois ou mais homônimos no vocabulário controlado, quando os termos aparecem em mais de uma área do conhecimento; (3) na justificativa para a inclusão de termos equivalentes em outras línguas; (4) na determinação das relações entre os termos mais frequentes encontrados na literatura; (5) na indicação da obsolescência dos termos e conceitos; (6) na indicação da inclusão de novos termos em vocabulário controlado, se a literatura sobre um determinado assunto aumentar regularmente; (7) no mapeamento de quais termos terão probabilidade de serem respaldados pela literatura para justificar sua atribuição.

Nessa mesma linha de aplicações da garantia literária, Beghtol (1986, p. 10) afirma que a garantia deve ser utilizada em todas as fases da elaboração de um



vocabulário controlado, sendo: (1) na seleção dos termos de classificação e indexação; (2) na seleção das relações estabelecidas entre os termos; (3) na disposição dos termos das facetas, assim retomando a aplicação original da garantia literária proposta por Ranganathan em seu *Prolegomena* (RANGANATHAN, 1967, p. 196); (4) na escolha dos critérios de subdivisão dos assuntos; (5) na determinação dos níveis de especificidade; (6) na aplicação de mecanismos de síntese (como na escolha de tabelas auxiliares ou os sinais de combinação, com a questão de sintaxe); (7) na ordem de citação de assuntos (BEGHTOL, 1986, p. 110).

Por conseguinte, pode-se dizer que a garantia literária pode ser vista pela abordagem teórica, metodológica e aplicativa, a qual tem como função a seleção e validação terminológica de um domínio.

3.3.4 Estudo quantitativo da literatura

Decidiu-se por realizar uma análise quantitativa dessa literatura com o intuito de mapear as características e a evolução dos estudos a partir da produção bibliográfica sobre o conceito, desde sua concepção por Hulme (1911), considerando: (1) ocorrências das palavras-chave, (2) termos mais presentes nas definições de GL, (3) tipologia documental, (4) publicações por ano, (5) contribuições por idioma; (6) contribuições por área do conhecimento, (7) ocorrência na primeira autoria, (8) formação profissional dos primeiros autores. Apresenta-se, a seguir, esta breve análise dos 52 documentos selecionados.

A produção científica sobre garantia literária teve, como era de se esperar, o próprio termo com o maior número de ocorrências nas palavras-chave dos documentos analisados, conforme pode-se observar no Gráfico 2.



Gráfico 2 – Ocorrências das palavras-chave



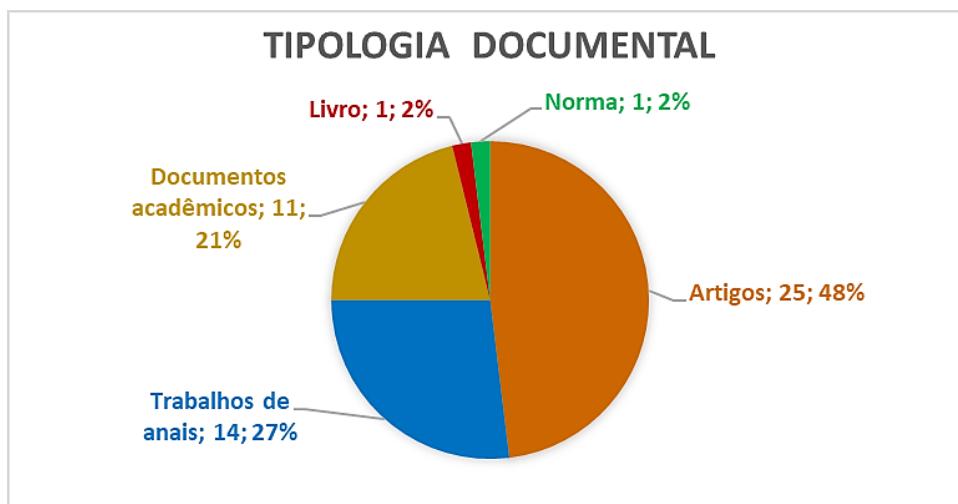
Fonte: elaborado pela autora.

As outras palavras-chave que se seguem, classificação, classificação bibliográfica, tesouro e vocabulário controlado, alcançam um percentual de 7% a 4%, que, por sua vez, ratificam a área do conhecimento na qual surgiu a concepção do princípio da garantia literária, por Hulme, em 1911, com a perspectiva de ser base para a construção da classificação bibliográfica; e, posteriormente, na elaboração de outros vocabulários controlados, como outros Sistemas de Organização do Conhecimento, mais especificamente, os tesouros no contexto da Representação do Conhecimento.

No Gráfico 3, observa-se que a maioria dos documentos sobre garantia literária foi publicada em periódicos da área, representando 48%, ou seja, totalizando 25 artigos. Os trabalhos publicados em Anais aparecem como a segunda fonte de publicação, com 27%, 14 publicações, representando os resultados de pesquisas sobre o tema apresentado em eventos.



Gráfico 3 – Tipologia documental



Fonte: elaborado pela autora.

No mesmo contexto de pesquisa, aparecem os documentos acadêmicos com a proporcionalidade de 21%, 11 documentos, entre teses, dissertações e TCCs. O livro “Construção e uso de tesouros: curso condensado” de F. W. Lancaster, traduzido para o curso que o autor lecionou no IBICT, em 1987, e a Norma ANSI/NISO Z39.19-2005 representam 2% cada.

A partir do Gráfico 4, confirma-se o pressuposto da incipiência da literatura sobre a garantia literária no decorrer desses 110 anos desde que Hulme divulgou suas ideias sobre este tema. Ressalta-se que o livro *Principles of Book Classification* (HULME, 1911), no qual o autor expõe pela primeira vez o princípio da garantia literária, não consta na literatura estudada porque não foi possível ter acesso a ele. Assim, o marco temporal da primeira publicação considerada no Gráfico 4 é o artigo “Hulme's Concept of Literary Warrant”, de Robert D. de Rodriguez, publicado em 1984.

Dessa forma, destaca-se que a maioria das publicações ocorre uma vez por ano, nos intervalos entre 1984 a 2022, sendo que nem todos os anos tiveram publicações sobre o tema.



Gráfico 4 – Publicações por ano



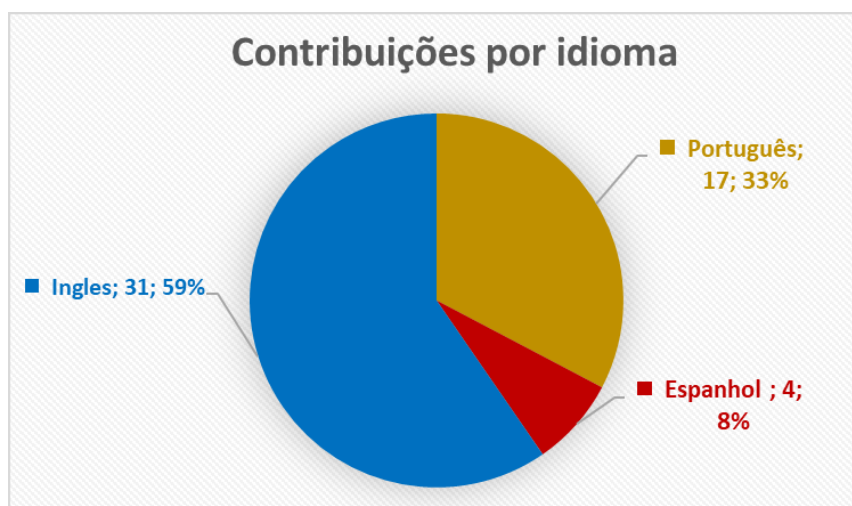
Fonte: elaborado pela autora.

Contudo percebe-se que 2016, 2017 e 2018 foram os anos em que mais houve publicações, totalizando cinco documentos em cada ano; seguidos dos anos 2011, 2014, 2020 e 2022, com três publicações em cada. Duas obras devem ser ressaltadas, que contribuíram com base por outras publicações que surgiram sobre o tema: o artigo seminal da Begthol, em 1984, *Semantic Validity: Concepts of Warrant in Bibliographic Classification Systems* e a tese *La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: modelo y aplicación* defendida por Mario Barité, na Universidad de Granada, na Espanha, em 2011. Outro ponto importante que deve ser ressaltado é que, com o surgimento de novos tipos de garantias, impulsionou-se a publicação sobre o tema, mas esse fato não é expressado nesta análise, porque aqui centrou-se somente na garantia literária.

Em relação aos idiomas nos quais os documentos foram publicados, conforme registrado no Gráfico 5, a maioria dos 52 documentos selecionados foi em inglês, representando 59% do total, ou seja, 31; seguidos de 33%, 17, no idioma português, e no espanhol houve 4 publicações, representando 4%, todos de autoria de Mario Barité.



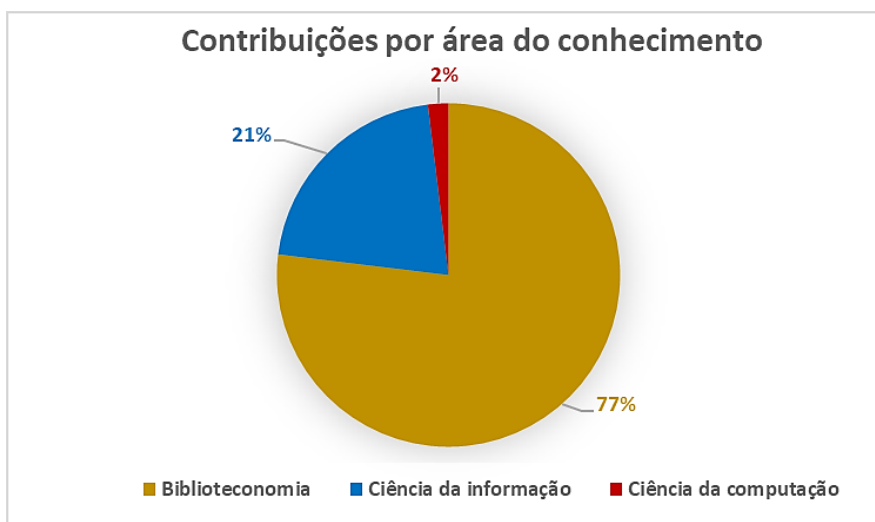
Gráfico 5 – Contribuições por idioma



Fonte: elaborado pela autora.

Constata-se, no Gráfico 6, que a maioria das contribuições veio da área da Biblioteconomia, com 77% do total de 52 documentos, o que não é surpreendente, visto que a classificação pode ser vista como um processo, um sistema de classificação, ou uma disciplina no contexto dessa área.

Gráfico 6– Contribuição por área de conhecimento



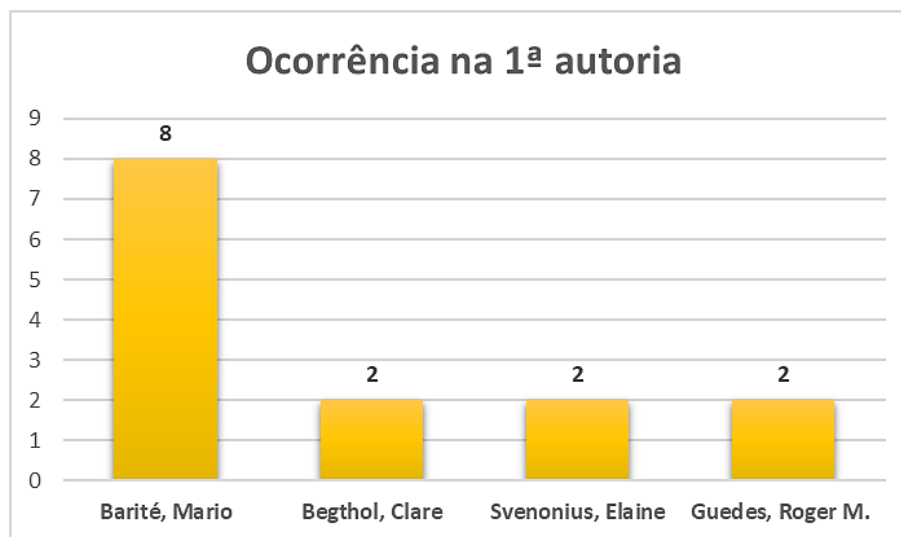
Fonte: elaborado pela autora.

Em seguida, aparece a área de Ciência da Informação, com 21%, representando algumas das contribuições publicadas mais recentemente. A área da Ciência da Computação é representada por um artigo que trata da classificação no contexto digital, intitulado *Bibliographic Classification in the Digital Age: Current Trends and Future Directions* (ULLAH; KHUSRO; IRFAN, 2017).



No Gráfico 7, priorizou-se somente o registro do fator de impacto dos primeiros autores dos documentos selecionados, pressupondo-se que, no contexto desta análise, não estava analisada a autoria em detalhes.

Gráfico 7 – Ocorrência na primeira autoria



Fonte: elaborado pela autora.

Como já foi referenciado anteriormente, o autor uruguaiano Mario Barité foi quem mais publicou no intervalo do tempo de 1984 a 2022, somando-se 8 publicações, incluindo sua tese de doutorado, defendida em 2011. Em seguida, temos duas autoras seminais na área, Clare Begthol e Elaine Svenonius. Ambas são americanas e teóricas da área da Representação do Conhecimento, com duas publicações cada uma delas. Roger Guedes também estudou o tema, defendendo sua tese de doutorado, em 2016, pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais; e publicou um artigo em inglês, no mesmo ano. As outras publicações não tiveram mais de uma ocorrência, ou seja, 38 documentos tiveram somente uma ocorrência na primeira autoria. De fato, pode-se dizer, com isso, que foram poucos os autores que aprofundaram seus estudos sobre garantia literária, demonstrando, mais uma vez, carência de estudo sobre este tema.

Por último, destaca-se, no Gráfico 8, que a maioria dos 52 primeiros autores é formada em Biblioteconomia; apenas sete deles são considerados cientistas da



informação, um cientista da computação e não foi possível detectar a formação dos quatro primeiros autores.

Gráfico 8 – Formação profissional dos primeiros autores



Fonte: elaborado pela autora

Em síntese, pode-se dizer que as características da literatura selecionada vieram comprovar a predominância da publicação em **inglês** dos estudos sobre garantia literária, em forma de **artigos de periódicos**, e que a área que mais contribuiu para o desenvolvimento dos estudos foi a **Biblioteconomia**, e, conseqüentemente, a maioria desses estudos tem participação de **bibliotecários**.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da garantia literária, proposto por Hulme, em 1911, é centenário e nasceu no cerne da Classificação Bibliográfica. Sua concepção original baseia-se na ideia de que a literatura de um domínio deve ser a fonte de extração e validação da terminologia a ser incorporada em um sistema de classificação ou em qualquer outro tipo de vocabulário controlado. Nessa perspectiva, o autor se opôs à tendência dominante dos estudiosos da época de que classificação deveria obedecer à ordem das ciências e ideias filosóficas do universo do conhecimento. Assim, para Hulme, a classificação filosófica ofuscou o verdadeiro propósito da classificação bibliográfica. Isso faz com que esse princípio tenha um caráter mais empírico do que teórico.



No entanto, a partir da análise da literatura da área, observou-se que, por Hulme ter essa posição, suas ideias não foram bem aceitas pela comunidade científica. Além disso, o autor não detalhou e desenvolveu com precisão sua proposta, apenas sugeriu sua potencialidade, deixando vários pontos escusos, aos quais ele nunca voltou para desenvolvê-los. Talvez, por isso, o uso do princípio da garantia literária foi pouco estudado e utilizado por quase 50 anos, voltando a surgir novos estudos na década de 1960.

Os estudos avançaram a partir de outras derivações da garantia literária, que somam, no momento, 28 propostas, conforme demonstrado no Quadro 2. Todos os estudos apontam para uma ampliação da proposta original de Hulme ou ao uso dele com outros princípios para atender às perspectivas a partir do usuário, cultural, científico, educacional, entre outros.

Assim, como surgiram várias sugestões de outras garantias, com elas vieram, também, várias propostas para a definição de conceito de Garantia Literária. No Quadro 3, apresentaram-se 20 definições selecionadas na literatura analisada. Vale destacar que, após a definição de Hulme, em 1911, a definição que causou mais impacto nos estudos sobre garantia literária foi a de Beghtol (1986), citado por quase todos os autores que estudaram a temática após essa data. Nessas definições, a garantia literária aparece como um princípio, como um conceito, um critério, um método, um processo, uma metodologia, uma ferramenta, ou mesmo um produto.

A garantia literária pode ter um papel importante na tomada de decisão no controle do vocabulário de um domínio e em todas as fases da elaboração de um vocabulário controlado. Nesses casos, ela pode ser aplicada: (1) como um princípio; (2) como uma ferramenta metodológica; (3) para mapeamento de domínio; (4) como uma ferramenta para avaliação dos vocabulários controlados; e também (5) para prever as necessidades de pesquisa da área. Conclui-se que esse princípio pode ter uma atuação teórica, metodológica e aplicada.

Em relação à análise quantitativa da literatura, comprovou-se que os documentos sobre garantia literária, em sua maioria, são publicados em forma de artigos de



periódicos, no idioma inglês, e que a maior área que contribuiu para o desenvolvimento dos estudos foi a Biblioteconomia e, conseqüentemente, a maioria desses estudos tem participação de bibliotecários. Nesse contexto, reconhece-se a produção bibliográfica do Prof. Mario Barité, que defendeu seu doutorado sobre esse tema e vem pesquisando sobre ele desde então, sendo o autor mais produtivo dentre os autores da literatura utilizada.

Acredita-se que o pressuposto previsto no início deste estudo foi comprovado, pois pôde-se confirmar que a literatura sobre o tema se mantém incipiente. Além disso, ficou comprovado que existe uma lacuna temporal, de quase cinco décadas, nas publicações, confirmando o ostracismo dos estudos. Por outro lado, ficou evidente que a falta de procedimentos claros para a realização desse princípio do ponto de vista empírico fez com que sua aplicação ocorresse quase invisível, por falta de detalhamento de quais critérios qualitativos adotar. Dessa forma, foi possível alcançar, nesta etapa da pesquisa, somente parte do objetivo proposto, pois os estudos não evidenciaram uma metodologia com critérios para sua utilização na coleta e seleção terminológica; apenas o estudo de Barité (2011, p. 254), no qual o autor propõe um modelo com objetivo de explorar a possibilidade de avaliar e revisar um sistema baseado apenas na garantia literária, a partir de cinco fases e dez etapas. A maioria dos documentos traz informações com um maior teor descritivo sobre o tema, ou sobre as novas garantias que foram propostas, em vez de ter um estudo que volte seu olhar para a perspectiva inicial proposta por Hulme em 1911.

Em suma, sabe-se que existem ainda muitos pontos que devem ser estudados para que se avance no desenvolvimento desse tema, tais como: (1) resolver como adicionar um valor à definição ou a um conceito/termo para que ele seja considerado relevante, (2) quando e como decidir se têm representatividade, ou seja, um volume expressivo de publicações no assunto; (3) como saber quando as perspectivas de um termo se tornam relevantes para um domínio específico, (4) qual a utilização da garantia literária como metodologia de validação da terminologia extraída automaticamente de um *corpus* de documentos, e (5) verificação do uso de mais de um princípio, e qual o impacto isso poderá gerar



na elaboração dos vocabulários controlados. No entanto, essas questões e várias outras lacunas serão elucidadas em estudos futuros.

Como contribuição final deste estudo, evidencia-se a sugestão da autora deste artigo para a definição do termo garantia literária, a partir da análise da literatura estudada no Quadro 3:

Garantia Literária: é um **princípio** ou um **elemento** utilizado pelos **designers/classificionistas** para **selecionar e validar termos/conceitos** da **literatura** de um **domínio do conhecimento** para **construção de sistema de classificação/sistema de organização do conhecimento**, sendo esses termos considerados relevantes somente se tiverem uma **expressiva representatividade** na **literatura da área**.

Agradecimentos

A autora agradece o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil), pela concessão da bolsa de Produtividade de Pesquisa (PQ-1D/ Processo 313645/2020-5).

REFERÊNCIAS

AITCHISON, J.; GILCHRIST, A.; BAWDEN, D. *Thesaurus construction and use: a practical manual*. 4. th. Londres: Routledge, 2000. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203402986>

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE (ANSI)/ NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (NISO). *ANSI/NISO Z39.19-2005: Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Bethesda: NISO, 2005. 172 p. Disponível em: https://ils.unc.edu/courses/2015_fall/inls151_002/Readings/NISO.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

BARITÉ, M. Towards a general conception of warrants: first notes. *Knowledge Organization*, Frankfurt, Germany, v. 46, n. 8, p. 647-55, 2019. DOI: doi.org/10.5771/0943-7444-2019-8-647. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2019-8-647/towards-a-general-conception-of-warrants-first-notes-jahrgang-46-2019-heft-8?page=1>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARITÉ, M. Literaty warrant. *In: ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. [S. l.]: ISKO, 2018a. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/literary_warrant. Acesso em: 05 ago. 2022.



BARITÉ, M. Literary warrant. *Knowledge Organization*, Frankfurt, Germany, v. 45, n. 6, p. 517-36, 2018b. DOI: 10.5771/0943-7444-2018-6-517. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2018-6-517/literary-warrant-jahrgang-45-2018-heft-6?page=1>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARITÉ, M. *Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología*. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/9028/1/barit%c3%a9_diccionario_de_organizaci%c3%b3n_del_conocimiento.pdf. Acesso: 28 set. 2022.

BARITÉ, M. Control de vocabulario: orígenes, evolución y proyección. *Ciência da Informação*, Brasília-DF, v. 41 n. 1, p.95-119, jan. /abr., 2014. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v43i1.1421>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1421/1599>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARITÉ, M. *La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: modelo y aplicación*. Tesis. (Doctorado en Información Científica). Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Facultad de Comunicación y Documentación, Universidad de Granada, Granada, 2011. 367 f. Disponível em: <https://digibug.ugr.es/handle/10481/17583>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra Clave, La Plata*, v. 1, n. 1, oct. 2011. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCv1n1a02/1867>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARITÉ, M. *et al.* Garantia Literária: elementos para uma revisão crítica após um século. *TransInformação*, Campinas, v. 22, n. 2. p. 123-138, maio/ago., 2010. DOI: 10.1590/S0103-37862010000200003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/118005>. Acesso em: 28 set. 2022.

BEGHTOL, C. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. *Journal of the American Society for Information Science*, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 30-44, jan. 1995. DOI: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199501\)46:1<30::AID-ASI4>3.0.CO;2-F](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199501)46:1<30::AID-ASI4>3.0.CO;2-F). Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199501%2946%3A1%3C30%3A%3AAID-ASI4%3E3.0.CO%3B2-F>. Acesso em: 28 set. 2022.

BEGHTOL, C. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Resources & Technical Services*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 109-123, abr.-jun.1986. Disponível em: <http://downloads.alcts.ala.org/lrts/lrtsv30no2.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

BULLARD, J. Warrant as a means to study classification system design. *Journal of Documentation*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 75-90, jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-06-2016-0074>. Disponível em:



<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-06-2016-0074/full/html>. Acesso em: 28 set. 2022

CLASON, W. E.; SALEM, S. Elsevier's dictionary of library science, information and documentation. [S. l.]: Elsevier Science Ltd., 1997.

CLEVELAND, D.; CLEVELAND, A. *Introduction to indexing and abstracting*. 3. Th. Greenwood Village, Colorado: A division of Greenwood Publishing Group, 2001. Disponível em: https://archive.org/details/introductiontoin0000clev_r3q7/page/n5/mode/2up. Acesso em: 28 set. 2022

COCHRANE, P. Warrant for concepts in classification schemes. *Advances in Classification Research*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 35-46, 1995. Trabalho apresentado no 4th ASIS SIG/CR Classification Research Workshop, 1993, Columbus. DOI: <https://doi.org/10.7152/acro.v4i1.12611>. Disponível em: <https://journals.lib.washington.edu/index.php/acro/article/view/12611/11122>. Acesso em: 28 set. 2022.

FARRADANE, J. E. L. Fundamental fallacies and new needs in Classification. *In: CHAN, L. M.; RICHMOND, P. A.; SVENONIUS, E. (org.), Theory of subject analysis: a sourcebook*. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1985, p. 199-209.

GARDNER, H. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. São Paulo: EDUSP, 1996.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization?. *Knowledge Organization*, Frankfurt, Germany, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. DOI: 10.5771/0943-7444-2008-2-3-86. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86/what-is-knowledge-organization-ko-jahrgang-35-2008-heft-2-3?page=1>. Acesso em: 28 set. 2022.

HULME, W. Principles of Book Classification. *Library Association Record*, London, n. 13, p. 444-449, dec. 1911.

HUVILA, I. *The Ecology of Information work: a case study of bridging archaeological work and virtual reality based knowledge organisation*. Åbo: Akademis Förlag; Pargas: Åbo Akademi University Press, 2006. Disponível em: https://ils.unc.edu/~wildem/ASIST2007/Huvila_dissertation.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION (ISO). *ISO 25964: thesauri and interoperability with other vocabularies*. Part 1: Thesauri for information retrieval. Geneve: International Standard Organization, 2011.

IYER, H. *Classificatory structures: concepts, relations and representation*. Frankfurt/Main: Ergon Verlag, 1995. p. 35. (Textbooks for Knowledge Organization, 2).

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos: Livros, 2004. Disponível em:



<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2014/07/livro-indexac3a7c3a3o-e-resumos-teoria-e-prc3a1tica-lancaster.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

LANCASTER, F. W. Vocabulary control in information retrieval systems. *In: Voight and Michael H. Harris. Advances in Librarianship*. New York: Academic Press, 1977. v. 7, p. 1-40.

LANGRIDGE, D. *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Tradução de Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. Título original: *Approach to Classification for Students of Librarianship*.

LIMA, G. Â. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 25, n. especial, p. 57-97, fev.2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/4299>.

Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22283/17900>. Acesso em: 28 set. 2022.

LÖBNER, S. *Understanding semantics*. London: Oxford University Press, 2002.

MAI, Jens-Erik. Folksonomies and the New Order: authority in the digital disorder. *Knowledge Organization*, Frankfurt, Germany, v. 38, n. 2, p. 114-22, jan. 2011. DOI: 10.5771/0943-7444-2011-2-114. Disponível em:

http://jenserikmai.info/Papers/2011_folksonomies.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

MARTINEZ-ÁVILA, D.; BUDD, J. M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. *Journal of Documentation*, [S. l.], v. 73, n. 4, p. 700-15, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-10-2016-0129>.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/169853/2-s2.0-85021120264.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2022.

MEY, M. de. *The cognitive paradigm: an integrated understanding of scientific development*. Chicago: University of Chicago, 1982.

OLSON, H. A. Bacon, warrant, and classification. *In: WORKSHOP OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY*. Providence, 15., 2004, Providence, Rhode Island. *Proceedings [...]*. Providence, Rhode Island: [s. n.], 2004. Disponível em <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1007.1871&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

OLSON, H. A. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: KluwerAcademic, 2002.

RANGANATHAN, S. R. *Prolegomena to Library Classification*. 3. rd ed. London: Asia Publishing House, 1967. Disponível em:

<https://repository.arizona.edu/handle/10150/106370>. Acesso em: 28 set. 2022.

RODRIGUEZ, R. D. Hulme's concept of literary warrant. *Cataloging & Classification Quarterly*, [S. l.], v. 5, n. 1, p.17-26, oct. 1984. DOI:

https://doi.org/10.1300/J104v05n01_02. Disponível em:



https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v05n01_02?cookieSet=1. Acesso em: 28 set. 2022.

SAN SEGUNDO, R. A New Conception of Representation of Knowledge. *Knowledge Organization*, Frankfurt, Germany, v. 31, n. 2, p.106-111, jan. 2004. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2004-2-106.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

SOWA, J. F. *Knowledge representation: logical, philosophical and computational foundations*. Pacific Grove: Brooks; Cole, 2000.

STOCK, W. G., STOCK, Mechtild. *Wissensrepräsentation: informationen auswerten und bereitstellen* Oldenburg: GmbH; Co KG, 2008.

SVENONIUS, E. Design of controlled vocabularies. In: *ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science*. New York: Marcel Dekker, Inc., 2003. p. 822-838.

SVENONIUS, E. *The intellectual foundation of information organization*. Massachusetts: MIT Press, 2000.

TENNIS, J. T. Experientialist epistemology and classification theory. *Knowledge Organization*, Frankfurt, Germany, v. 32, n. 2, p. 79-92, 2005. Disponível em: http://faculty.washington.edu/jtennis/Publications_files/Tennis2005KO32-2.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

ULLAH, A.; KHUSRO, S.; IRFAN, U. Bibliographic classification in the digital age: current trends and future directions. *Information Technology and Libraries*, [S. l.], v. 36, n. 3. p. 48-77, set. 2017. DOI: 10.6017/ital.v36i3.8930. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ital/article/view/8930/pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

VICKERY, B. C. Knowledge representation: a brief review. *Journal of Documentation*, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 145-159, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb026790>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb026790/full/html>. Acesso em: 28 set. 2022.

YEE, M. M. Two Genre and Form Lists for Moving Image and Broadcast Materials: a comparison. *Cataloging & Classification Quarterly*, [S. l.], v. 31, n.3/4, p. 237-95, 2001. DOI: https://doi.org/10.1300/J104v31n03_06. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v31n03_06. Acesso em: 28 set. 2022.

